



Prestação de Contas Consolidadas Relatório de Gestão 2015



Santa Marta
de Penaguião

PADROEIRA DA REGIÃO DEMARCADA DO **DOURO**
PATRIMÓNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE

***PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS E
RELATÓRIO DE GESTÃO
2015***



ÍNDICE

	Pág.
I - RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1 - INTRODUÇÃO	4
2 - PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	7
3 - ANÁLISE PATRIMONIAL	8
3.1 - Análise do Balanço	8
3.2 - Análise da Demonstração de Resultados	10
3.3 - Dívida Consolidada	11
4 - INDICADORES DE GESTÃO	12
5 - MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA	13
II - BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	15
1 - BALANÇO CONSOLIDADO	16
1.1 - Activo	16
1.2 - Fundos Próprios e do Passivo	17
2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	18
III - FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS.....	19
IV - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	21
V - RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	30



I - RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, dispõe no seu n.º 1 do artigo 75.º que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Nos termos deste regime, as entidades mãe ou consolidantes são os municípios, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, sendo que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma directa ou indirecta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas actividades.

A existência ou presunção de controlo, por parte das entidades antes referidas relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às entidades referidas nos n.ºs 4 e 5 do mencionado artigo 75.º, ou seja:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respectivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, à distribuição das perdas ou resultados positivos pelos municípios nos termos definidos em acordo celebrado para o efeito;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base designadamente numa das seguintes situações:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - Do resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de activos ou de dissolver outra entidade.

- Quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:
 - A faculdade de vetar os orçamentos;
 - A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
 - A detenção da titularidade dos activos líquidos com direito de livre acesso a estes;
 - A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objectivos próprios;
 - A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Por outro lado, e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 75.º da referida Lei n.º 73/2013, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Março, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, integrem o sector empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município.

O Município de Santa Marta de Penaguião não é detentor de qualquer entidade associativa municipal sobre a qual exerça de forma directa ou indirecta um poder de controlo, ou exista essa presunção.

No entanto, o Município detém uma participação de 0,15% na empresa “A Municípiã – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.”, enquadrada no sector empresarial local, regulada pelo regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto.

Está, assim, este Município obrigado a consolidar as suas contas por via da sua participação naquela empresa, apesar da sua diminuta participação no capital social no montante de 4.985,01€, por força disposto no n.º 6 do artigo 75.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Os documentos de prestação de contas consolidados, de acordo com o n.º 7 do referido artigo, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais;
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as

entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios são, de acordo com o n.º 8 do artigo 75.º, os definidos para as entidades do sector público administrativo.

Pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, foi aprovada a orientação n.º 1/2010, *“Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”*, visando estabelecer um conjunto de princípios enquadramentos, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades no sector público administrativo, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios.

Atendendo às especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto de a Lei que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que claramente prevalece, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a referida Portaria, consagrar de forma expressa, alguns dos aspectos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas, a Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) através do SATAPOCAL, entendeu ser necessário elaborar um conjunto de instruções que permitam uma aplicação deste regime pelos municípios de forma *“coerente, harmoniosa e comparável”*.

Tais instruções, segundo a DGAL, visam articular o regime financeiro das autarquias locais, o regime previsto na Portaria e na Orientação, bem como *“ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, cujo suprimento nos parece essencial para permitir a operacionalização da obrigação de consolidação de contas pelos municípios”*.

Nos termos do n.º 2 do artigo 76.º do regime supra citado, os documentos de prestação de contas consolidados devem ser elaborados e aprovados pelo órgão executivo de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

2 – PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Santa Marta de Penaguião é constituído pela Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., que faz parte do sector empresarial local, participada, de forma directa, em 0,15% do capital, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar, sendo que o artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, define o “grupo autárquico” para efeitos de consolidação de contas.

A referida entidade está enquadrada no sector empresarial local, regulada pelo regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto e tem sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11 – 3.º B – 2740-120 Porto Salvo.

Esta empresa tem por objecto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projectos de Internet e Intranet; a concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, trabalho aéreo, formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional), prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspecção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, soluções ambientais, comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função accionista.

Entidades Participadas						
Denominação Social	Sede	NIPC	Proporção do Capital Detido			
			Capital Social / Estatutário	% do Capital Detido	Proporção do Capital Detido	N.º de Acções
A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	TagusPark - Av.ª Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11-3.º B 2740-120 Porto Salvo	504475606	3 236 678,67 €	0,15%	4 985,01 €	999

3 – ANÁLISE PATRIMONIAL

3.1 – ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço Consolidado apresenta a situação do património do Grupo à data de encerramento do exercício de 2015, dando a conhecer o activo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e o passivo e capital próprio do grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

A estrutura do activo reparte-se em Imobilizado ou *Activo Fixo* e *Activo Circulante*. A estrutura do passivo é repartida entre o *Capital Próprio* ou *Fundos Próprios* e o *Passivo*.

SINTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO						
ACTIVO	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	€	%
Imobilizado	41 093 096,31	97,05%	40 116 493,66	96,86%	976 613,48	2,43%
Bens do domínio público	23 148 122,16	54,67%	24 797 471,99	59,87%	-1 649 349,83	-6,65%
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Imobilizações corpóreas	17 598 162,97	41,56%	14 972 208,39	36,15%	2 625 954,58	17,54%
Investimentos financeiros	346 811,18	0,82%	346 813,28	0,84%	8,73	0,00%
Circulante	1 249 575,04	2,95%	1 302 402,35	3,14%	-52 774,29	-4,05%
Existências	525 257,74	1,24%	296 834,33	0,72%	228 423,41	76,95%
Dívidas de terceiros - Médio/longo prazos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	286 180,79	0,68%	247 673,12	0,60%	38 507,67	15,55%
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depósitos e caixa	333 230,81	0,79%	629 543,26	1,52%	-296 312,45	-47,07%
Acréscimos de diferimentos	104 905,70	0,25%	128 351,64	0,31%	-23 445,94	-18,27%
Total do Activo	42 342 671,35	100,00%	41 418 896,01	100,00%	923 775,34	2,23%

Pela análise do Balanço consolidado, verifica-se que o Imobilizado em 2015 representa 97,05% do total do Activo, ou seja, quase a sua totalidade, sendo que 54,67% corresponde a bens do domínio público, 41,56%, diz respeito a imobilizações corpóreas e 0,82% a investimentos financeiros, enquanto o activo circulante representa 2,95%. Relativamente ao ano anterior teve um aumento de cerca de 2,5%.

Do activo circulante evidencia-se as dívidas de terceiros a curto prazo a que corresponde 0,68% do total do activo, seguindo-se-lhe os depósitos em instituições financeiras e caixa (0,79%), os acréscimos e diferimentos (0,25%) e as existências (1,24%).



SINTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO						
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	€	%
Fundos próprios	28 551 502,79	67,43%	30 181 637,54	72,87%	-1 630 070,89	-5,40%
Património	11 000 000,00	25,98%	11 000 000,00	26,56%	0,00	0,00%
Diferenças de consolidação	-55,03	0,00%	0,00	0,00%	-55,03	0,00%
Ajustamentos partes de capital	-63,85	0,00%	-63,76	0,00%	-0,09	0,13%
Reservas, subsídios e doações	3 102 748,49	7,33%	3 102 748,49	7,49%	0,00	0,00%
Resultados transitados	16 048 857,79	37,90%	16 599 876,10	40,08%	-551 018,31	-3,32%
Resultado líquido do exercício	-1 599 984,61	-3,78%	-520 923,29	-1,26%	-1 079 116,35	207,15%
Total dos Fundos Próprios	28 551 502,79	67,43%	30 181 637,54	72,87%	-1 630 070,89	-5,40%
Passivo	13 791 168,56	32,57%	11 237 258,47	27,13%	2 553 910,09	22,73%
Provisões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<i>Dívidas a terceiros - Médio/longo prazos</i>	<i>2 441 303,98</i>	<i>5,77%</i>	<i>2 879 089,96</i>	<i>6,95%</i>	<i>-437 785,98</i>	<i>15,21%</i>
Empréstimos de MLP	2 205 310,59	5,21%	2 548 700,57	6,15%	-343 389,98	-13,47%
FAM 2015 a 2021	235 993,39	0,56%	330 389,39	0,80%	-94 396,00	-28,57%
Fornecedores de imobilizado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	652 957,27	1,54%	749 653,97	1,81%	-96 696,70	-12,90%
MLP - exigível a 12 meses	336 550,00	0,79%	415 331,69	1,00%	-78 781,69	-18,97%
Fornecedores de imobilizado	316 407,27	0,75%	334 322,28	0,81%	-17 915,01	-5,36%
Acréscimos de diferimentos	10 696 907,31	25,26%	7 608 514,54	18,37%	3 088 392,77	40,59%
Total do Passivo	13 791 168,56	32,57%	11 237 258,47	27,13%	2 553 910,09	22,73%
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	42 342 671,35	100,00%	41 418 896,01	100,00%	923 775,34	2,23%

Quanto ao passivo, este divide-se em passivo circulante que inclui as dívidas a curtos, médio e longo prazos com empréstimos e fornecedores c/c e fornecedores de imobilizado c/c, outras dívidas a terceiros, os acréscimos e diferimentos, o qual representa 32,57% do total dos Fundos Próprios e do Passivo, sendo que os passivos a curto prazo e a médio e longo prazos correspondem, respectivamente, a 1,54% e 5,77%.

Os acréscimos e diferimentos do passivo, representam 25,26% do total dos Fundos Próprios e do Passivo e os fundos próprios representam 67,43%.

3.2 – ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade em gerar fluxos de caixa, bem como avaliar a aplicação dos recursos utilizados, ou seja, apresentando os resultados das operações económicas – custos e proveitos – do grupo.

SINTESE DA ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO						
CUSTOS E PERDAS / PROVEITOS E GANHOS	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	€	%
Custos e perdas operacionais	7 742 378,56	119,36%	6 734 102,84	103,28%	1 008 275,72	14,97%
Custos e perdas financeiros	44 285,89	0,68%	50 429,41	0,77%	-6 143,52	-12,18%
Custos e perdas correntes	7 786 664,45	120,05%	6 784 532,25	104,05%	1 002 132,20	14,77%
Custos e perdas extraordinários	299 638,56	4,62%	256 683,99	3,94%	42 954,57	16,73%
Custos e perdas do exercício	8 086 303,01	124,67%	7 041 216,24	107,99%	1 045 086,77	14,84%
Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado líquido consolidado do exercício	-1 599 984,61	-24,67%	-520 923,29	-7,99%	-1 079 061,32	207,14%
Total dos Custos e Perdas	6 486 318,40	100,00%	6 520 292,95	100,00%	-33 974,55	-0,52%
Proveitos e ganhos operacionais	6 101 126,23	94,06%	5 900 429,38	90,49%	200 696,85	3,40%
Proveitos e ganhos financeiros	93 233,81	1,44%	334 473,76	5,13%	-241 239,95	-72,13%
Proveitos e ganhos correntes	6 194 360,04	95,50%	6 234 903,14	95,62%	-40 596,12	-0,65%
Proveitos e ganhos extraordinários	291 958,36	4,50%	285 389,81	4,38%	6 568,55	2,30%
Total dos Proveitos e Ganhos	6 486 318,40	100,00%	6 520 292,95	100,00%	-33 974,55	-0,52%

Analisando o quadro que antecede, verifica-se que os Custos e Perdas Operacionais, designadamente os Custos com pessoal, os Fornecimentos e serviços externos e as amortizações do exercício, são os que mais contribuem para o seu total, consubstanciando-se num resultado líquido de -1.599.984,61€. Para a formação deste resultado contribuíram as componentes constantes do quadro seguinte:

ANÁLISE DE RESULTADOS						
Resumo	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	€	%
Resultados operacionais	-1 641 252,33	-25,30%	-833 673,46	-12,79%	-807 578,87	96,87%
Resultados financeiros	48 947,92	0,75%	284 044,35	4,36%	-235 149,45	-82,79%
Resultados correntes	-1 592 304,41	-24,55%	-549 629,11	-8,43%	-1 042 728,32	189,71%
Resultado líquido do exercício	-1 599 984,61	-24,67%	-520 923,29	-7,99%	-1 079 061,32	207,14%

Do conjunto dos Proveitos operacionais, o mesmo foi influenciado pela venda e prestação de serviços, pelas transferências e subsídios obtidos e pelos impostos e taxas, representando 94,06% dos proveitos do grupo.

Os resultados financeiros apresentam um valor positivo de 48.947,92€, sendo que os proveitos financeiros são essencialmente provenientes da exploração da rede eléctrica em baixa tensão e da Barragem do Rio Sordo, e suficientes para cobrirem os custos financeiros que são originados pelos juros e pelos encargos suportados com os empréstimos de médio e longo prazo e outros custos.

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de ganhos em existências e imobilizações, bem como de benefício de penalidades contratuais, de reduções de amortizações e de provisões e de outros proveitos e ganhos extraordinários. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito essencialmente a transferências de capitais concedidas pela Autarquia.

3.3 – DÍVIDA CONSOLIDADA

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimentos a realizar.

STOCK DA DÍVIDA – Médio e Longo Prazos					
Código/ designação das contas (1)	Dívidas a terceiros			Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas (5)	Grupo consolidado (6) = (4) + (5)
	MSMP (2)	Município,SA (3)	Total (4) = (2) + (3)		
23121 - Empréstimos de médio e longo prazo	2 205 310,59 €	319,89 €	2 205 630,48 €	0,00 €	2 205 630,48 €
23124 - MLP - Exigível a menos de 1 ano	336 550,00 €		336 550,00 €	0,00 €	336 550,00 €
268 - FAM 2015 a 2021	235 993,39 €		235 993,39 €	0,00 €	235 993,39 €
Total	2 777 853,98 €	319,89 €	2 778 173,87 €	0,00 €	2 778 173,87 €

STOCK DA DÍVIDA – Curto Prazo					
Código/ designação das contas (1)	Dívidas a terceiros			Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas (5)	Grupo consolidado (6) = (4) + (5)
	MSMP (2)	Município,SA (3)	Total (4) = (2) + (3)		
221 - Fornecedores, c/c	4 556,82 €	789,09 €	5 345,91 €	0,00 €	5 345,91 €
228 - Fornecedores - Facturas r/conferência	85 961,62 €		85 961,62 €	0,00 €	85 961,62 €
24 - Estado e outros entes públicos	5 648,50 €		5 648,50 €	0,00 €	5 648,50 €
268 - FAM 12 meses	47 198,00 €		47 198,00 €	0,00 €	47 198,00 €
268 - Outros credores	173 042,33 €		173 042,33 €	0,00 €	173 042,33 €
Total	316 407,27 €	789,09 €	317 196,36 €	0,00 €	317 196,36 €

4 – INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais de evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias locais, há que ter em conta que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento por não serem hipotecáveis ou alienáveis, designadamente os bens de domínio público, que representam cerca de 60% do activo do Município e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro seguinte, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Indicadores	2015	2014	Δ 2015-2014
Estrutura do Activo			
Activo fixo / Activo total	97,05%	96,86%	0,20%
Activo circulante / Activo total	2,95%	3,14%	-6,15%
Activo fixo / Activo circulante	3 288,57%	3 080,19%	6,76%
Estrutura do Passivo			
Passivo longo prazo / Passivo total	20,14%	29,32%	-31,29%
Passivo curto prazo / Passivo total	2,29%	2,98%	-22,88%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	877,94%	985,40%	-10,91%
Análise do Activo Fixo			
Activo fixo / Endividamento a médio e longo prazo	1 479,31%	1 217,71%	21,48%
Amortizações acumuladas / Imobilizado bruto	41,05%	39,28%	4,53%
Análise do Passivo Exigível			
Coefficiente de endividamento a curto prazo			
Dívida de curto prazo / Património líquido	0,77%	0,83%	-7,61%
Coefficiente de endividamento a longo prazo			
Dívida a médio/longo prazo / Património líquido	6,76%	8,21%	-17,68%
Índices de Liquidez			
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	105,32%	188,30%	-44,07%
Activo circulante / Exigível a curto prazo	394,94%	389,56%	1,38%
Índice de Solvência			
Dívidas a terceiros / Activo total	7,31%	8,76%	-16,59%

Pela análise dos rácios da estrutura do activo, podemos ver que o peso do activo circulante no total do activo é de apenas 2,95%. No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total, cerca de um décimo, do peso do passivo de médio e longo prazo.

Quanto aos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 5,99%.

O activo fixo constitui basicamente o investimento directo do Município, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do activo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores.

Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o activo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 1.480 vezes. No entanto, e como anteriormente referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 55% do imobilizado avaliado são bens do domínio público. A relação entre as amortizações acumuladas e o imobilizado bruto atinge um coeficiente 41,05%.

Da análise do índice de solvência, pode-se comprovar a manutenção de uma situação financeira positiva do Município, pelo facto do peso das dívidas a terceiros no activo total ser de apenas 7,31%.

5 – MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer das operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo, encontra-se reflectido no quadro que se segue, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam ao valor total 10.213.270,11€ (9.491.257,91€ provenientes de receitas orçamentais e 722.312,20€ resultantes de operações de tesouraria).

FLUXOS DE CAIXA			Ano:	2015
Unidade: - Euros				
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior:		629 543,26	Despesas orçamentais:	9 940 195,34
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	5 273 958,61
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	4 666 236,73
Receitas Orçamentais:		9 491 257,91	Operações de tesouraria	569 687,22
Correntes	5 963 513,09		Saldo para a gerência seguinte:	333 230,81
Capital	3 527 744,82		Execução orçamental	154 540,37
Outras	0,00		Operações de tesouraria	178 690,44
Operações de tesouraria		722 312,20		
Total		10 843 113,37	Total	10 843 113,37

Sendo a despesa global, em termos de operações orçamentais (9.940.195,34€), inferior em 448.937,43€ à receita cobrada, e existindo um saldo inicial de 603.477,80€, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 154.540,37€. A este saldo acrescem 178.690,44€ como saldo de operações de tesouraria.

Da análise do mesmo quadro, constata-se que, no exercício económico de 2015, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 722.312,20€, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 569.687,22€. As Operações de Tesouraria são cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros e são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema de contabilidade patrimonial.

Santa Marta de Penaguião, 2 de Junho de 2016

O Presidente da Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)



II - BALANÇO CONSOLIDADO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

**1 - BALANÇO CONSOLIDADO****1.1 – ACTIVO**

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2015			2014
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	1 370 678,74		1 370 678,74	1 360 624,42
452	Edifícios	0,00		0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	44 005 553,59	23 072 026,42	20 933 527,17	22 528 427,84
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	130 977,00		130 977,00	130 977,00
459	Outros bens de domínio público	28 400,00	13 905,19	14 494,81	15 748,98
445	Imobilizações em curso	698 444,44		698 444,44	761 693,75
		46 234 053,77	23 085 931,61	23 148 122,16	24 797 471,99
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	2 429 224,24		2 429 224,24	2 492 062,88
422	Edifícios e outras construções	17 064 529,84	2 922 355,28	14 142 174,56	11 177 653,96
423	Equipamento básico	344 858,66	245 569,66	99 289,00	87 221,23
424	Equipamento de transporte	1 256 890,79	1 059 969,76	196 921,03	240 254,58
425	Ferramentas e utensílios	53 597,94	46 713,54	6 884,40	5 660,36
426	Equipamento administrativo	1 113 295,87	833 159,02	280 136,85	107 432,64
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00		
429	Outras imobilizações corpóreas	472 740,82	312 379,21	160 361,61	140 048,68
442	Imobilizações em curso	283 171,28	0,00	283 171,28	721 874,06
		23 018 309,44	5 420 146,47	17 598 162,97	14 972 208,39
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	130 026,79	113 605,00	16 421,79	16 423,89
412	Obrigações e títulos de participação	330 389,39		330 389,39	330 389,39
		460 416,18	113 605,00	346 811,18	346 813,28
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	39 952,54		39 952,54	12 579,82
32	Mercadorias	485 305,20		485 305,20	284 254,51
		525 257,74		525 257,74	296 834,33
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)			0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c			0,00	0,00
212	Contribuintes c/c	166,50		166,50	440,34
213	Utentes c/c	171 127,73		171 127,73	83 590,92
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	37 228,24	32 754,76	4 473,48	2 227,30
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	8 095,38		8 095,38	14 631,53
264	Administração autárquica				
262+263+ 267+268	Outros devedores	102 317,70		102 317,70	146 783,03
		318 935,55	32 754,76	286 180,79	247 673,12
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	333 230,81		333 230,81	629 543,26
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		333 230,81		333 230,81	629 543,26
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	104 905,70		104 905,7	105 057,13
272	Custos diferidos	0,00		0,00	23 294,51
		104 905,70		104 905,70	128 351,64
	Total de amortizações		28 506 078,08		
	Total de provisões.....		146 359,76		
	Total do activo	70 995 109,19	28 652 437,84	42 342 671,35	41 418 896,01



1.2 - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2015	2014
	Fundos próprios:		
51	Património	11 000 000,00	11 000 000,00
	Diferenças de consolidação	-55,03	
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-63-85	-63,76
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas Legais	2 508 011,45	2 508 011,45
576	Doações	594 737,04	594 737,04
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados Transitados	16 048 857,79	16 599 876,10
88	Resultado líquido do exercício	-1 599 984,61	-520 923,29
		28 551 502,79	30 181 637,54
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
268994	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
23121	Empréstimos de médio e longo prazo - Valor Exigível a Mais de 1 Ano	2 205 310,59	2 548 700,57
23124	Empréstimos de médio e longo prazo - Valor Exigível a Menos de 1 Ano	336 550,00	415 331,69
268	FAM 2015 a 2021	235 993,39	330 389,39
		2 777 853,98	3 294 421,65
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
221	Fornecedores c/c	4 556,82	18 285,60
228+2618+ 268998	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	85 961,62	133 105,57
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611+2618	Fornecedores de imobilizado c/c		156 615,65
24	Estado e outros entes públicos	5 648,50	
264	Administração autárquica		
262+263+ 267+268	Outros credores	220 240,33	26 315,46
217+222+ 2612	Garantias e Cauções		
		316 407,27	334 322,28
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	330 932,27	230 990,12
274	Proveitos diferidos	10 365 975,04	7 377 524,42
		10 696 907,31	7 608 514,54
	Total do Passivo	13 791 168,56	11 237 258,47
	Total dos fundos próprios e do passivo	42 342 671,35	41 418 896,01

**2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA**

Código de Contas POCAL		Exercícios			
		2015		2014	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	403 383,80		53 972,96	
	Matérias		403 383,80		53 972,96
62	Fornecimentos e servi os externos:		1 988 984,99		1 540 844,83
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1 589 714,57		1 574 583,66	
643 a 648	Encargos sociais	436 811,00	2 026 525,57	453 513,52	2 028 097,18
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		493 521,04		355 870,77
66	Amortizações do Exercício		2 757 336,59		2 707 829,52
67	Provisões do Exercício				
65	Outros custos operacionais		72 626,57		47 487,58
	(A).....		7 742 378,56		6 734 102,84
68	Custos e perdas financeiros		44 285,89		50 429,41
	(C).....		7 786 664,45		6 784 532,25
69	Custos e perdas extraordinários		299 638,56		256 683,99
	(E).....		8 086 303,01		7 041 216,24
88	Resultado líquido do exercício		-1 599 984,61		-520 923,29
	(X).....		6 486 318,40		6 520 292,95
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	1 377,63		1 512,68	
7112+7113	Venda de produtos	254 371,08		238 250,02	
712	Prestações de serviços	511 294,82	767 043,53	488 288,96	728 051,66
72	Impostos e taxas		619 706,79		679 783,96
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos		4 714 375,91		4 492 593,76
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B).....		6 101 126,23		5 900 429,38
78	Proveitos e ganhos financeiros		93 233,81		334 473,76
	(D)		6 194 360,04		6 234 903,14
79	Proveitos extraordinários		291 958,36		285 389,81
	(F)		6 486 318,40		6 520 292,95
			6 486 318,40		6 520 292,95
Resumo:		2015		2014	
	Resultados Operacionais: (B - A)	-1 641 252,33		-833 673,46	
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	48 947,92		284 044,35	
	Resultados Correntes: (D - C)	-1 592 304,41		-549 629,11	
	Resultado Líquido do exercício: (F - E)	-1 599 984,61		-520 923,29	



III - FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

FLUXOS DE CAIXA			Ano:	2015
Unidade: - Euros				
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior:		629 543,26	Despesas orçamentais:	9 940 195,34
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	5 273 958,61
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	4 666 236,73
Receitas Orçamentais:		9 491 257,91	Operações de tesouraria	569 687,22
Correntes	5 963 513,09		Saldo para a gerência seguinte:	333 230,81
Capital	3 527 744,82		Execução orçamental	154 540,37
Outras	0,00		Operações de tesouraria	178 690,44
Operações de tesouraria		722 312,20		
Total		10 843 113,37	Total	10 843 113,37

Nota: Este mapa diz respeito apenas ao resumo dos fluxos de Caixa do Município, uma vez que a empresa participada incluída no perímetro de consolidação não apresenta tal demonstração por não ser de elaboração obrigatória.

Por outro lado, dada a reduzida percentagem de participação detida sobre a referida entidade, é completamente imaterial.



IV - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



1 – INTRODUÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram efectuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através do qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas às mesmas demonstrações incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros, mapa de endividamento de médio e longo prazo, bem como os mapas exigidos pela alínea d) do n.º 7 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

O Município, enquanto entidade consolidante, procedeu à elaboração de todos os procedimentos necessários à respectiva consolidação.

2 – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

2.1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

ENTIDADE CONSOLIDANTE: – **MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**

Sede Social – Rua dos Combatentes

Santa Marta de Penaguião

5030-477 Santa Marta de Penaguião

Actividade Principal – Actividades desempenhadas no âmbito das atribuições e competências definidas no Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nomeadamente na área do equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, protecção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa.

ENTIDADE CONSOLIDADA: – **A Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.**

Sede Social - TagusPark - Av.ª Prof. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11-3.º B

Oeiras

2740-120 Porto Salvo

Actividade Principal - Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projectos de Internet e Intranet; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, trabalho aéreo, formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional), prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspecção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, soluções ambientais, comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função accionista.

Capital Social / Estatutário: - 3 236 678,67 €

Participação detida: - 4.985,01€ - 0,15%

2.1 – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Entidades Excluídas da Consolidação					
Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital estatutário	Obs.
Denominação	N.I.P.C.				
Águas do Norte, SA	513606084	S.A	36001	152 198 130 €	a)
Associação de Municípios Vale do Douro Norte	502 459 417	AM	91333	-	b)
A.R.V.P. - Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal	513 022 996	Associação direito privado sem fins lucrativos	94110	-	b)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	ASU	94995	-	b)
Associação Municípios Portugueses do Vinho	508 038 430	AMFE	91331	-	b)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	AM	91333	-	b)
Association Européenne des Élus de Montagne(AEM)	382 465 920	ASU	91333	-	b)
FAM – Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Colectivas de Direito Público	84114	650 000 000,00 €	b); c)
Fundação Museu do Douro	507 693 671	Fundação sem fins lucrativos	91020	1 063 001,00 €	b); d)
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R	508 905 435	Pessoa colectiva de direito público de natureza associativa de âmbito territorial dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio.	84123	-	b)

a) Criada pelo Dec. Lei n.º 93/2015, de 29 de Maio

b) Entidades não societárias

c) Criado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto

d) Criada pelo Decreto-Lei n.º 70/2006, de 23 de Março

Entidades sobre as quais, o Município de Santa Marta de Penaguião não exerce de forma directa ou indirecta um poder de controlo, ou exista essa presunção, não enquadráveis nos n.ºs 4, 5 e 6 do Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

3 – INFORMAÇÕES DE PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação adoptado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada, adoptando-se, para efeitos de aplicação deste método o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 13, publicada no Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações.

4 – INFORMAÇÕES SOBRE O ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O endividamento de médio e longo prazo é apresentado de acordo com o quadro que se segue:

ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO									Ano:	2015	
Unidade: - Euros											
Entidade Credora		Nº de Empréstimo	Data de Aprovação pela Assembleia Municipal	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do Tribunal de Contas		Valor do Contrato	Capital em dívida em 31/12/2015	Obs
							N.º Registo	Data			
Município de Santa Marta de Penaguião	Caixa Geral de Depósitos	836 991	30.06.00	18.09.00	15	15	2 918	06.09.00	997 595,79	0,00	
	Caixa Geral de Depósitos	3 952 191	24.09.04	14.10.04	15	11	2 654	13.01.05	430 000,00	153 779,26	
	Caixa Geral de Depósitos	4 570 991	23.09.05	20.10.05	15	10	2 729	06.12.05	472 000,00	203 988,89	
	Caixa Geral de Depósitos	5 849 691	18.04.08	07.05.08	15	7	664	12.06.08	700 000,00	447 877,28	
	Caixa Geral de Depósitos	841 591	22.09.00	17.01.01	25	14	4 287	22.12.00	530 654,14	241 984,42	
	Novo Banco	770 07 764	20.06.03	19.09.03	15	12	1 741	28.08.03	389 388,00	82 380,00	
	Novo Baco	770 018 632	30.06.06	24.07.08	15	9	1 449	28.09.06	538 583,00	238 219,39	
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo Vale Douro, CRL	-	27.02.09	16.03.09	15	6	546	19.05.09	700 000,00	484 433,60	
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo Vale Douro, CRL	-	28.12.09	18.02.10	15	5	273	19.04.10	370 000,00	286 006,52	
	Caixa Crédito Agrícola Mútuo Vale Douro, CRL	-	17.09.10	24.11.10	15	4	1740	17.02.11	260 000,00	94 071,50	
Instituto Habitação Reabilitação Urbana	-	20.06.07	28.04.08	25	4	279	21.05.08	365 000,00	309 119,73		
Municipia, SA		-	-	-	-	-	-	-	-	319,89	a)
Total									5 753 220,93	2 542 180,48	

a) Não foi disponibilizada informação quanto à entidade credora

5 – INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

No ano económico de 2015, não houve saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e a consolidada.

6 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

Não aplicável

7 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

7.1 - IMOBILIZAÇÕES

Critérios valorimétricos: - Foi utilizado o custo de aquisição ou o custo de produção acrescidos dos respectivos encargos, de acordo com a situação em concreto, para valorizar todos os bens em que foi possível a sua obtenção.

O inventário da Câmara Municipal no que diz respeito aos bens móveis e imóveis do domínio privado do Município e aos bens imóveis do domínio público municipal encontra-se concluído, conforme consta do balanço e respectivo mapa do activo bruto, tendo a sua actualização vindo a ser feita ao longo do ano, bem como alguns ajustamentos relativos a bens que não foi possível inventariar na devida altura.

Amortizações: - Para as amortizações, foi seguido o previsto na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos bens do Estado.

7.2 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável

7.3 – EXISTÊNCIAS

As *existências*, compostas por matérias-primas, matérias subsidiárias e materiais de consumo, encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, que incluem materiais e artigos utilizados na construção e manutenção da rede de águas e de saneamento e material diverso de economato, bem como outros artigos de consumo corrente.

7.4 – PROVISÕES

Não aplicável

7.5 – DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam.

7.6 – DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente.

7.7 – ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.

7.8 – INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

Não aplicável

7.8.1 – “DESPESAS DE INSTALAÇÃO” E “DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO”

Não aplicável

7.8.2 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO CONSOLIDADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Não aplicável

7.8.3 – INDICAÇÃO DOS CUSTOS SUPORTADOS NO EXERCÍCIO E RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO.

Não aplicável

7.8.4 – MONTANTE DOS AJUSTAMENTOS DE VALOR DOS ACTIVOS ABRANGIDOS NA CONSOLIDAÇÃO QUE TENHAM SIDO OBJECTO DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, FEITAS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS, INDICANDO OS MOTIVOS QUE OS JUSTIFICARAM.

Não aplicável

7.8.5 – INDICAÇÃO GLOBAL, POR CATEGORIAS DE BENS, DAS DIFERENÇAS MATERIALMENTE RELEVANTES, ENTRE OS CUSTOS DE ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE, CALCULADOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS, E OS RESPECTIVOS PREÇOS DE MERCADO.

Não aplicável

7.8.6 – FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO PREÇO DO MERCADO.

Não aplicável

7.8.7 – INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE RELATIVAMENTE AOS QUAIS, FACE A UMA ANÁLISE COMERCIAL RAZOÁVEL, SE PREVEJAM DESCIDAS ESTÁVEIS PROVENIENTES DE FLUTUAÇÕES DE VALOR.

Não aplicável

7.8.8 – MONTANTE DAS DÍVIDAS A TERCEIROS APRESENTADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO, COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO, COM INDICAÇÃO DA RESPECTIVA NATUREZA, FORMA E NORMA HABILITANTE À SUA CONCESSÃO.

Não aplicável

7.8.9 – DIFERENÇA, QUANDO LEVADA AO ACTIVO, ENTRE AS IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E AS CORRESPONDENTES QUANTIAS ARRECADADAS.

Não aplicável

7.8.10 – REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO CONSOLIDADO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS, POR CATEGORIAS DE ACTIVIDADES.

Não aplicável

7.8.11 – EFEITOS NA DETERMINAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO RESULTANTES DE CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA NÃO PREVISTOS E DECORRENTES DE AMORTIZAÇÕES E DE PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS EFECTUADOS COM VISTA A OBTER VANTAGENS FISCAIS, QUER TENHAM SIDO FEITAS DURANTE O EXERCÍCIO OU EM EXERCÍCIOS ANTERIORES, BEM COMO INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUANDO TAL VALORIMETRIA TIVER INFLUÊNCIA MATERIALMENTE RELEVANTE NOS IMPOSTOS FUTUROS DO CONJUNTO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.

Não aplicável

7.8.12 – DIFERENÇA ENTRE OS IMPOSTOS IMPUTADOS À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO E DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES E OS IMPOSTOS JÁ PAGOS E A PAGAR RELATIVAMENTE A ESSES EXERCÍCIOS, DESDE QUE ESSA DIFERENÇA SEJA MATERIALMENTE RELEVANTE PARA A DETERMINAÇÃO DOS IMPOSTOS FUTUROS.

Não aplicável

7.8.13 – INDICAÇÃO GLOBAL RELATIVAMENTE ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DE CADA UM DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS E DE FISCALIZAÇÃO PELO DESEMPENHO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES, BEM COMO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DAS ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL.

Mapa de Remunerações		
Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão de Fiscalização
Município de Santa Marta de Penaguião	0,00€	0,00€
Município, E.M., S.A.	5 742,00€	a)
Total	5 742,00€	0,00

a) O Município não obteve esta informação

O Município de Santa Marta de Penaguião não participa na gestão e fiscalização da entidade incluída no perímetro de consolidação (Município, E.M., S.A.).

7.8.14 – INDICAÇÃO DOS DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS, BEM COMO EXPLICITAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE INFLAÇÃO ADOPTADOS PARA O CÁLCULO, NO CASO DE UTILIZAÇÃO DE OUTROS MÉTODOS DE REAVALIAÇÃO.

Não aplicável

7.8.15 – ELABORAÇÃO DE UM QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES.

Não aplicável

7.8.16 – INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS CUJO CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Não aplicável

7.8.17 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS E EXTRAORDINÁRIOS CONSOLIDADA.

Resultados Financeiros e Extraordinários Consolidados	2015	2014
Resultados Operacionais	-1 641 252,33	-833 673,46
Resultados Financeiros	48 947,92	284 044,35
Resultados Correntes	-1 592 304,41	-549 629,11
Resultado Líquido do exercício	-1 599 984,61	-520 923,29

7.8.18 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS.

Não aplicável



7.8.19 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA.

Não aplicável

7.8.20 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS QUE SE ENCONTRAM TITULADAS, POR RUBRICAS DO BALANÇO CONSOLIDADO QUANDO NELE NÃO ESTIVEREM EVIDENCIADAS.

Não aplicável



V - RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR

OFICIAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público Município de Santa Marta de Penaguião, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 42.342.671 euros e um total de fundos próprios positivos de 28.551.503 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.599.985 euros), e a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, as alterações nos fundos próprios consolidados, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos n.º 7 a n.º 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - b) A verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações de consolidação efetuadas;
 - c) A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - d) A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Não tendo o Município obtido confirmações externas dos saldos de algumas das principais contas de terceiros, incluindo advogados, não estamos habilitados a emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a adequação dos saldos apresentados nesta rubrica nem sobre as provisões.
8. Por dificuldades materiais, não nos foi possível efetuar testes de contagens da água que o município apresenta reconhecido nas suas demonstrações financeiras, pelo que não estamos habilitados a emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre o seu valor assim como o seu efeito nos resultados.
9. A insuficiente informação externa ao Município sobre a titularidade do conjunto dos elementos do seu imobilizado, associada à sua grandeza, dispersão, assim como a insuficiente informação interna, quer sobre os critérios valorimétricos utilizados na valorização do imobilizado terminado quer sobre o grau de acabamento do imobilizado em curso, provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL, não nos permitem emitir opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação do valor das correspondentes rubricas do balanço bem como das amortizações e dos subsídios para investimentos e, consequentemente, dos seus efeitos nos resultados.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos n.º 7 a n.º 9 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Público Município de Santa Marta de Penaguião em 31 de Dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

ÊNFASE

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 10 acima, chamamos a atenção para a seguinte situação:
- a) Conforme referido na página n.º 20 do Relatório e Contas Consolidado, o mapa de fluxos de caixa de operações orçamentais apresentado corresponde às operações individuais e não consolidadas, em virtude da entidade consolidante não dispor de tal demonstração orçamental da sua participada por não ser de elaboração obrigatória na esfera empresarial.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Porto, 2 de Junho de 2016

C&R RIBAS PACHECO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

A Administração,



Representada por Rodrigo Ribas Pacheco

R.O.C. n.º 1163

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ex.ma Assembleia-Municipal da
Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião

1. Em conformidade com o disposto na alínea e) do n.º 2 do Art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, vimos, na qualidade de Revisores Oficiais de Contas da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, apresentar o nosso Parecer sobre as suas contas consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.
2. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público Município de Santa Marta de Penaguião, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 42.342.671 euros e um total de fundos próprios positivos de 28.551.503 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.599.985 euros) e a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.
3. Em consequência do trabalho realizado concluímos que, salvaguardando as situações descritas na Certificação Legal das Contas Consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas exprimem adequadamente a situação económica e financeira consolidada do Grupo Público Município de Santa Marta de Penaguião.
4. Em face do exposto, tendo em conta as ações levadas a cabo e o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas que emitimos, com reservas e com ênfase, somos de parecer que a Assembleia-Municipal aprove as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2015.

Porto, 2 de Junho de 2016

C&R RIBAS PACHECO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

A Administração,



Representada por Rodrigo Ribas Pacheco

R.O.C. n.º 1163



ENCERRAMENTO

O RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS do ano de 2015, que antecede, devidamente numerado e rubricado, foi presente e aprovado, por maioria, na reunião da Câmara Municipal realizada em 7 de Junho de 2016.

O Presidente da Câmara,

Os Vereadores,

Sardar Francisco Luis Guedes Gonçalves

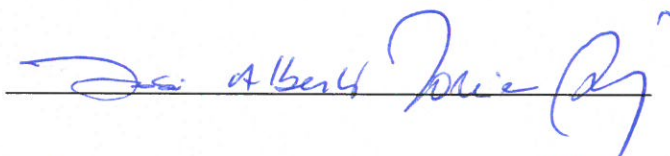
Haris Telete Inacio da Silva da Silva



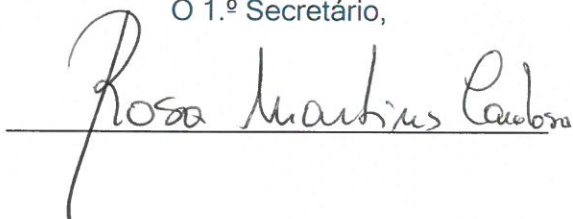
APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS do ano de 2015, que antecede, mereceu a aprovação, por maioria, da Assembleia Municipal, em sessão ordinária realizada no dia 14 de Junho de 2016.

O Presidente,



O 1.º Secretário,



O 2.º Secretário,

